



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
JUIZADO ESPECIAL MISTO DA COMARCA DE MAMANGUAPE¹

TERMO DE AUDIÊNCIA
(CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO)

PROCESSO N.º	0803773-51.2019.8.15.0231
JUIZ LEIGO	DR. DORIVALDO FERREIRA GOMES
DATA E HORA	07/11/19 - 11:00 HORAS
AUTOR(A)	ADRIANA OLIVEIRA DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO DO(A) AUTOR(A)	DR. SERGIO NICOLA MACÊDO PORTO - OAB PB 13.250
PROMOVIDO(A)	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
ADVOGADO DO PROMOVIDO(A)	DR. SUÉLIO MOREIRA TORRES - OAB PB 15.477
PREPOSTO(A)	ANDRÉ LUIZ F. VASCONCELOS SOBRINHO

Aberta a audiência, com a instrução dirigida por Juiz Leigo sob a supervisão do(a) Juiz(a) Togado(a) Dr^a. Juliana Duarte Maroja, nos termos do art. 37 da Lei nº 9.099/95. Presente a audiência as partes promoventes acompanhadas de advogado(a) e presente a parte promovida, através de preposto(a) e acompanhada de advogado(a), a parte promovida informou que a carta de preposição e o substabelecimento encontra-se nos autos, Tentada a conciliação, a mesma restou infrutífera. **Ato contínuo pelo Juiz Leigo foi facultada a palavra ao advogado da parte promotente para se manifestar sobre as preliminares suscitadas em sede de contestação bem como sobre a documentação juntada pela parte promovida tendo o mesmo se manifestado nos seguintes termos:** MM Juiz Leigo, em relação a preliminar que antecede o mérito de indeferimento da inicial ou inépcia por falta de comprovante de residência de titularidade das autoras, esta preliminar não merece prosperar, uma vez que, existe na petição inicial anexada o comprovante de residência em nome da mãe ora falecida das promoventes, local onde residem as demandantes, pela preliminar de interesse processual ante a ausência de pedido administrativo não deve ser acolhida posto que foi juntado na inicial bem como na contestação todos os documentos referentes ao processo administrativo, bem como o boletim de ocorrência, certidão de óbito e documentos de identidade das autoras. Com relação à preliminar de ilegitimidade ativa não merece agasalho uma vez que resta comprovado também da prefacial pelos documentos de identidade civil das demandantes, o vínculo familiar com a falecida. Diante dos documentos acostados à contestação estes restam impugnados no sentido que só confirmam o pleito autoral. Indagadas, as partes, ambas afirmaram não possuir mais provas a produzir. **Ato contínuo pelo Juiz Leigo foi dito:** reservo-me o direito de apreciar as preliminares arguidas na peça defensiva por ocasião do julgamento do mérito. Não tendo as partes conciliado e não havendo mais provas a produzir dou por concluída a presente instrução e DETERMINO a CONCLUSÃO dos autos para JULGAMENTO. Presentes intimados. Diligências necessárias. CUMPRASE. Nada mais havendo dou por encerrado o presente termo que, depois de lido e achado conforme, foi devidamente assinado digitalmente.

  Sécia
Fórum Des. Miguel Levino, Av. Presidente Kennedy, S/N, CEP: 58280-000 Telefone: (83) 3292-4230.


DORIVALDO FERREIRA GOMES
Doutor Leigo

Promovente


Patricia Gabriela Moreira Gomes

Promovente

Veronique Oliveira da Silva

Promovente

Adriana Oliveira da Silva

Promovente


Fabiana Oliveira da Silva

Promovente


Promovido/Preposto



Advogado do Promovente


Advogado do Promovente


Advogado do Promovente


Advogado do Promovente


Advogado do Promovente


Advogado do Promovido